



Sistema agrícola tradicional das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas e seu reconhecimento como Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial e como Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais
Traditional agricultural system of evergreen flower-picking communities and its recognition as Global Important Agricultural Heritage System and as Intangible Cultural Heritage of Minas Gerais

FÁVERO, Claudenir¹; MONTEIRO, Fernanda²; ALVES, Maria³; ANDRADE, Márcio⁴
¹UFVJM, parana@ufvjm.edu.br; ²USP, fernandamonteiro5@hotmail.com; ³CODECEX, tatinhacodecex@gmail.com; ⁴CODECEX, marciocodecex@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Biodiversidade e conhecimentos dos Agricultores, Povos e Comunidades Tradicionais

Resumo: O sistema agrícola tradicional das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, na Serra do Espinhaço Meridional, em Minas Gerais, apresenta, dentre outras características, o uso, manejo e conservação da agrobiodiversidade por meio dos conhecimentos tradicionais que se constituem em saberes agroecológicos transmitidos pelas sucessivas gerações. As características apresentadas por esse sistema conferiram a ele a possibilidade de ser o primeiro sistema agrícola brasileiro a ser reconhecido como Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial e, da mesma forma, o primeiro sistema agrícola a ser reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais. O processo de candidatura e reconhecimentos se constituíram em momentos ímpares de diálogo e negociações com as diferentes esferas do poder público e se inserem na luta das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas pelo atendimento de necessidades básicas, o acesso a políticas públicas e a efetivação de direitos coletivos.

Palavras-Chave: agroecologia; comunidades tradicionais; saberes agroecológicos.

Contexto

As comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, como se auto definem, habitam a porção meridional da Serra do Espinhaço, em Diamantina e municípios circunvizinhos, no estado de Minas Gerais (Figura 1). Trata-se de uma área de ocorrência de ambiente de Cerrado e transição para ambiente de Mata Atlântica na face oriental, com variação altimétrica desde o alto da serra (próximo a 1.400 metros de altitude, onde ocorrem suas formações rupestres) até o sopé-da-serra (próximo de 600 metros de altitude, onde ocorrem suas formações arbóreas). As cotas mais baixas estão sob domínio de clima semiárido. Já, as cotas mais elevadas contam com maior precipitação mantendo maior teor de umidade durante a estação seca (abril a outubro). Predominam em toda a topossequência solos arenosos, pouco profundos e distróficos e nas porções mais rebaixadas das cotas elevadas há a presença dos campos de altitude (secos e úmidos) com ocorrência das espécies de sempre-vivas¹ que são coletadas pelos comunitários (FÁVERO, 2021).

¹ Sempre-vivas diz respeito ao termo popularizado para essas inflorescências que, depois de colhidas e secas, conservam sua forma e coloração. Além das flores, são coletadas folhas, frutos secos, sementes, entre outros, vindos de distintos ambientes de coleta (localmente definidos como campos, serras, serrinhas, boqueirões, etc.)

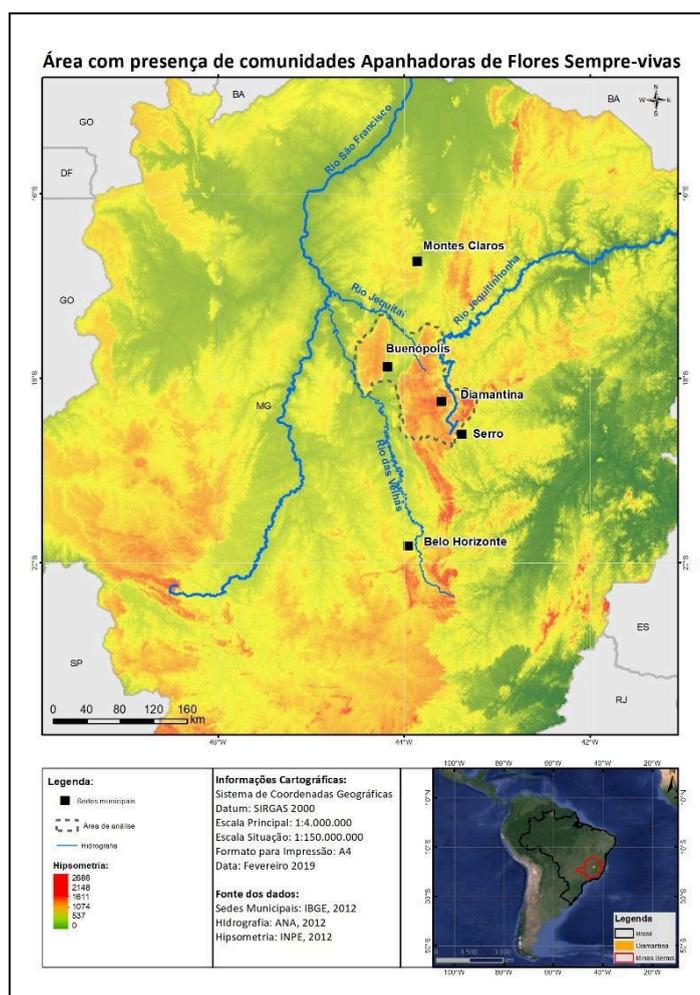


Figura 1. Localização da área de ocorrência de comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas na Serra do Espinhaço Meridional em Minas Gerais.
Fonte: Monteiro (2019).

O sistema agrícola tradicional das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas (SAT Sempre-vivas) se constitui a partir do uso combinado das verticalidades e horizontalidades contidas na totalidade da serra, ou seja, das terras altas e das terras baixas. Assim, as famílias conjugam cultivos, criações e coleta nas diferentes altitudes. Para isso, manejam elevada agrobiodiversidade com ampla gama de conhecimentos tradicionais, que se constituem em saberes agroecológicos que atravessam gerações. Ao longo do ano, segundo as estações climáticas, dá-se a transumância² das famílias, contornando limites e explorando potencialidades

a depender da época do ano e da demanda. A coleta das flores sempre-vivas – plantas cujas espécies de maior valor comercial pertencem ao gênero *Comanthera* – constitui importante fonte de renda para as famílias (MONTEIRO, 2011).

² Refere-se, aqui, às migrações sazonais das famílias, que ocorrem, sobremaneira, no período da “seca” para colher espécies ornamentais, nativas dos campos rupestres do cerrado, e cuidar dos animais (transumantes). Nessa época do ano (em geral entre abril e outubro), ocorre o deslocamento sazonal dos rebanhos para os campos nativos da Serra, quando esses agroambientes oferecem melhores condições de pastoreio aos animais devida à maior umidade dos campos localizados em áreas de maior altitude (MONTEIRO, 2019).



agroambientais para geração de renda e produção de alimentos numa lógica de conservação dos recursos naturais. Isso possibilita considerável soberania e segurança alimentar, geração de renda e resiliência socioecológica. Há protagonismo das mulheres nas atividades de cultivo e coleta e presença de jovens nas diversas atividades realizadas, por meio das quais ocorre a transmissão intergeracional de conhecimentos (MONTEIRO, 2019).

A organização social das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas ocorre por meio de grupos não formalizados e associações comunitárias. Em 2010, constituíram uma comissão regional envolvendo diversas comunidades de diferentes municípios denominada Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX), tendo adquirido visibilidade em função da politização da identidade de “apanhadores de flores sempre-vivas” e uma expressiva trajetória de lutas (FÁVERO; MONTEIRO, 2021) com assento no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e na Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT/MG). Merece destaque o protagonismo das mulheres e a forte presença de jovens nas organizações das comunidades e na CODECEX.

A partir da proposição de candidatura efetivada pela CODECEX, em 2018, o SAT Sempre-vivas foi reconhecido, em 2020, pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU) como Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM) e como consequência da mesma, em processo formalizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP) o reconheceu, também, como Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais (PCIMG). A experiência da candidatura e consequente reconhecimentos será descrita a seguir.

Descrição da Experiência

O processo de candidatura do SAT Sempre-vivas ao reconhecimento como SIPAM foi iniciado no segundo semestre de 2017, a partir do conhecimento desta possibilidade. A CODECEX debateu a possibilidade com sua base e tomou a decisão coletiva de buscar tal reconhecimento com a compreensão de que o mesmo poderá contribuir para que as comunidades atinjam seu objetivo maior: *manter seu modo de vida em suas terras ancestrais*.

Um Grupo de Trabalho Nacional composto por representantes da FAO/Brasil, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), selecionou, dentre cinco possibilidades elencadas, o SAT Sempre-vivas para ser a primeira candidatura brasileira ao reconhecimento como SIPAM.

Para a candidatura ao SIPAM, dois documentos são necessários: um Dossiê Técnico-Científico e um Plano de Conservação Dinâmica (PCD). Tanto o Dossiê,



quanto o PCD, demandaram esforços de elaboração que foram coordenados pela CODECEX em diálogo permanente com os parceiros.

Para a construção do Dossiê, a CODECEX contou com parceiros acadêmicos/pesquisadores que já atuavam na região com pesquisa-ação junto à essas comunidades e constituem, atualmente, o Grupo de Estudos em Territórios, Sociobiodiversidade e Agriculturas Tradicionais (GETSAT), grupo de pesquisa interinstitucional (USP, UFMG, UFJF e UFVJM) e multidisciplinar (ciências humanas, agrárias e biológicas) certificado pela UFVJM. O processo de construção do dossiê técnico-científico contou com as seguintes etapas: organização das informações científicas já publicadas/produzidas; trabalho de campo e organização de dados para complementação das informações necessárias; e elaboração do dossiê em si, a partir do formulário orientativo do Programa da FAO/ONU.

Para a construção do PCD, a opção foi organizá-lo em etapas com ampla mobilização social por meio de reuniões/oficinas e em diálogo com parceiros e com o poder público (municipal, estadual e federal). As oficinas, que foram realizadas primeiramente nas comunidades e, depois, com o conjunto de organizações envolvidas, possibilitaram levantamento de informações de caracterização/compreensão da realidade e reflexões sobre oportunidades, ameaças e desafios ao SAT e aos modos de vida das comunidades. A essa etapa seguiu-se a definição dos eixos estratégicos, linhas de ação e das atividades relacionadas a cada linha de ação. Dentre os parceiros estavam o grupo acadêmico, anteriormente mencionado, e as organizações da sociedade civil: o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, a Terra de Direitos e a agência suíça de cooperação técnica HEKS/EPER. No âmbito das prefeituras de Diamantina, Buenópolis e Presidente Kubistchek³ foram mobilizadas as secretarias municipais de: Governo, Agricultura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, Educação, Saúde, Cultura, Patrimônio, Turismo, Esporte e Lazer. No âmbito do governo de Minas Gerais foram mobilizadas as secretarias estaduais de: Governo, Casa Civil e Relações Internacionais, Desenvolvimento Agrário (posteriormente, Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Educação e Turismo, além da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG) e do IEPHA-MG.

Os processos de construção do Dossiê e do PCD se deram de forma concomitante ao longo do primeiro semestre de 2018; a entrega dos documentos da candidatura ao representante da FAO/Brasil ocorreu no “Festival dos Apanhadores/as de flores sempre-vivas” realizado em junho de 2018, em Diamantina, MG; em julho de 2019, o Comitê Científico Global do Programa SIPAM realizou a visita de campo como última etapa de avaliação da candidatura; em março de 2020, o SAT Sempre-vivas, recebeu o reconhecimento como SIPAM em cerimônia realizada pela FAO/Brasil, em Brasília, DF; e, em maio de 2023, a CODECEX recebeu o certificado de reconhecimento como SIPAM em cerimônia realizada pela FAO em Roma, Itália.

³ A decisão de focar nesses três municípios se deu em função da abertura ao diálogo por parte de seus prefeitos e da forte presença e organização das comunidades apanhadoras de flores nessas localidades.



No processo de construção do PCD, as gestoras do IEPHA/MG se comprometeram a abrir um processo visando a patrimonialização do SAT Sempre-vivas. Tendo como base o Dossiê entregue à FAO (MONTEIRO et al., 2019), uma equipe do IEPHA/MG realizou pesquisa documental, levantamentos de campo junto com a CODECEX para complementar informações e formalizou o processo junto ao CONEP. Em junho de 2023, o CONEP aprovou, por unanimidade, o reconhecimento do SAT Sempre-vivas como PCIMG.

Resultados

Além da maior compreensão que as próprias comunidades passaram a ter do SAT e de sua visibilidade em nível estadual, nacional e internacional, o processo de construção da candidatura e seus reconhecimentos foram momentos ímpares de diálogo e negociações com o poder público em suas diferentes esferas, gerando comprometimento com ações que passaram a ser executadas mesmo antes dos reconhecimentos, merecendo destaque: a certificação, pela CEPCT/MG de seis comunidades como apanhadoras de flores sempre-vivas; a aprovação no âmbito dos três municípios envolvidos na candidatura (Buenópolis, Diamantina e Presidente Kubistchek) de leis municipais de reconhecimento e garantia do modo de vida das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas; o atendimento pelas prefeituras municipais de reivindicações na melhoria de serviços básicos às comunidades, como de saúde, educação, comunicação, vias de acesso e transporte; o acesso ou incremento no acesso aos programas de comercialização institucional (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA); criação de um Grupo Executivo Permanente (GEP) a nível do governo estadual que passou a lidar com as demandas comunitárias nessa instância e que atuou contra a ação abusiva de órgãos ambientais de criminalização das práticas tradicionais das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas; e o próprio reconhecimento como PCIMG que teve efeitos antes do reconhecimento, como por exemplo, a suspensão da licença de instalação de um empreendimento minerário no território reivindicado por uma comunidade quilombola e apanhadora de flores sempre-vivas.

Quanto a efetivação de direito coletivos, a principal ameaça que paira sobre o SAT Sempre-vivas no sentido, inclusive, de comprometer as dinâmicas agroecológicas existentes, é a pressão/expropriação das terras ancestrais das comunidades pela implantação de empreendimentos minerários, a expansão de monocultivos de eucalipto e a criação de unidades de conservação de proteção integral, sendo a principal reivindicação constante no PCD a regularização fundiária com a titulação dos territórios comunitários. Embora o Governo do Estado de Minas Gerais tenha se comprometido a fazer esforços nesse sentido, pouca coisa foi feita. A única iniciativa que tem caminhado é um recurso proveniente de uma emenda parlamentar na Assembleia Legislativa de Minas Gerais que, via gestão do IEPHA, está possibilitando a realização de estudos para elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) visando a titulação do território de uma



comunidade quilombola e apanhadora de flores sempre-vivas. Portanto, a titulação coletiva das terras ancestrais de cada comunidade, segue sendo o maior desafio.

Por outro lado, no bojo das repercussões dos reconhecimentos, três comunidades atingidas por unidades de conservação de proteção integral retomaram suas terras de uso comum onde praticam o agroextrativismo. Além disso, por iniciativa da CODECEX e parceiros, ações na proteção dos defensores de direitos humanos comunitárias foram encaminhadas às instâncias estaduais e Protocolos Bioculturais estão sendo construídos nas comunidades para fortalecer os direitos à biodiversidade em suas terras ancestrais alinhados aos protocolos de consulta livre, prévia e informada construídos com as famílias.

Todas as ações do PCD são avaliadas e monitoradas pelo Grupo Gestor que conta com a participação de representantes das comunidades, organizações parceiras, acadêmicos/pesquisadores e gestores públicos das diferentes esferas.

Referências bibliográficas

FÁVERO, Claudenir. Agroambientes manejados pelas comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas. In: FÁVERO, Claudenir; MONTEIRO, Fernanda T.; OLIVEIRA, Maria N.S. (eds.). **Vida e luta das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas em Minas Gerais**. Diamantina: UFVJM, p.108-129. 2021.

FÁVERO, Claudenir; MONTEIRO, Fernanda. T. Da invisibilidade ao reconhecimento mundial. In: FÁVERO, Claudenir; MONTEIRO, Fernanda T.; OLIVEIRA, Maria N.S. (eds.). **Vida e luta das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas em Minas Gerais**. Diamantina: UFVJM, p.397-441. 2021.

MONTEIRO, Fernanda. T. **Nas fronteiras das Minas com o Gerais**: terras de uso comum e uso coletivo de terras. 2019. 650 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MONTEIRO, Fernanda. T. **Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-vivas**: travessias e contradições ambientais. 2011. 240 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MONTEIRO, Fernanda. T.; FÁVERO, Claudenir; COSTA FILHO, Aderval; OLIVEIRA, Maria N. S.; SOLDATI, Gustavo T.; TEIXEIRA, Reinaldo D. B. L. **Traditional Agricultural System in the Southern Espinhaço Range, Minas Gerais (Brazil)**. Diamantina: CODECEX, 2019. 182 p. (proposal to GIAHS – FAO/UN).